



Câmara Municipal de Ananindeua
Plenário João Paulo II
Ananindeua-Pará

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE ANANINDEUA, NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017.*****

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às dezessete horas a Câmara Municipal de Ananindeua reuniu-se em Sessão Ordinária sob a presidência do Senhor Vereador Doutor Daniel que deixou a Ata da Sessão Ordinária do dia 11.10.17, a disposição dos vereadores para a leitura da mesma. Passando para os Pronunciamentos Iniciais o Senhor presidente concedeu a palavra ao vereador **Pastor Sadraque** que da tribuna, agradeceu ao vereador Ronaldo Sefer por ter ajudado um familiar deste vereador que necessitava de uma cirurgia urgente. Parabenizou ao governo do Estado pela obra de interligação da Avenida João Paulo II com o Viaduto do Coqueiro, todavia, manifestou preocupação em relação ao fluxo de veículos neste viaduto, que foi construído em mil novecentos e oitenta e três, no governo de Alacid Nunes. Em aparte o vereador Elias Barreto acrescentou que esse trecho da Avenida João Paulo é uma alternativa de escoamento de trânsito muito importante na entrada de Belém, mas no contexto Metropolitano o que está sendo feito não resolve o estrangulamento do trânsito ao adentrar na capital porque o fluxo de veículos pesados começa no município de Marituba, isto é, se o prolongamento da referida avenida não chegar a Alça viária ficará difícil resolver essa problemática. Informou que neste dia esteve na Ação Metrópole, órgão gerenciador da mobilidade da região metropolitana, para tratar sobre alguns impactos da obra da Avenida João Paulo Segundo e questionou sobre a estrutura do viaduto. A esse respeito o engenheiro César Meira responsável pelo Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano disse que foi feito um estudo e alguns reparos estão sendo realizados na estrutura deste viaduto. Retomando seu pronunciamento o orador enfatizou a importância de esta Casa cobrar os reparos do Viaduto do Coqueiro para evitar acidentes. Assomando-se a tribuna o vereador **Ronaldo Sefer** disse que esta Casa precisa obter a resposta da Moção de Repúdio encaminhada à Secretaria de Administração sobre a conduta do servidor Público que denegriu a imagem desta Casa nas redes sociais. Informou que o Projeto de Lei de sua autoria sobre os aplicativos está aguardando o parecer do governo federal. Mas isto não impede que os vereadores apresentem emendas para melhorá-lo. Informou que a questão dos aplicativos está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal – STF com a tendência desta Corte julgá-lo antes do Senado Federal. Em aparte o vereador Neto Vicente informou que o presidente de UBER está ameaçando acabar com o serviço de aplicativos no Brasil devido estar tramitando no Congresso Nacional as exigências para o funcionamento dos aplicativos como: chapa vermelha, pagamento de impostos inclusive dos vinte e cinco por cento que o idealizador dos aplicativos recebe. Informou que após a decisão do Congresso Nacional as Câmaras Municipais irão regulamentar o serviço. Para este vereador, a lista de exigências fará com que o UBER não fique no Brasil. Disse que os motoristas querem que os aplicativos sejam regulamentados, mas se recusam pagar impostos. Em aparte o vereador Erik Monteiro disse que não se trata apenas de pagar impostos, mas de se adequar. Citou que na época do Círio período em que os taxistas poderiam obter maiores proventos



Câmara Municipal de Ananindeua

Plenário João Paulo II

Ananindeua-Pará

para a sua família o UBER aumentou a tarifa. O correto seria manter somente uma tabela. Informou que o município de Ananindeua possui novecentos táxis e mais de dez mil UBERs. Retomando seu pronunciamento o orador informou que a questão dos aplicativos está sob jurisdição do Supremo Tribunal Federal. Solicitou que o projeto de Lei de autoria deste vereador que trata sobre aplicativos fosse encaminhado à comissão de transporte desta Casa de Leis para iniciar as discussões. Em aparte, o vereador Diego Alves disse que concorda com a regulamentação dos aplicativos. Retomando seu pronunciamento o orador registrou sua preocupação em relação aos transtornos que a obra do BRT- Metropolitano irá causar a este município. Disse que esta Casa precisa se mobilizar para evitar o caos. Fazendo uso da tribuna, o vereador **Chico Barros** disse que há tempo vem discutindo a questão do BRT- Metropolitano. Fala com muita preocupação desse assunto porque vai completar quinze anos a obra do BRT – do município de Belém. Outra preocupação deste orador diz respeito ao fato do Governo do Estado não ter discutido com esta Casa de Leis sobre a execução do Projeto do BRT- Metropolitano. Em aparte o vereador Neto Vicente disse que constantemente tem discutido nesta Casa sobre o que poderá acontecer com a construção do BRT Metropolitano. Acha que o dinheiro dessa obra daria para diminuir o canteiro central para fazer a sinalização da BR- 316. Citou que a capital possuía duas avenidas a Almirante Barroso e Augusto Montenegro e o BRT conseguiu acabar com ambas. É contra o BRT- Metropolitano. Em aparte o vereador Ronaldo Sefer alertou esta Casa para participar do processo de verificação das necessidades urgentes da BR-316 no trecho que compete a este município. Retomando seu pronunciamento o orador disse que quase ninguém se manifestou em relação à reforma trabalhista e hoje ela prejudica os trabalhadores brasileiros. É contra o BRT- Metropolitano porque ele irá prejudicar a mobilidade. Em aparte o vereador Breno Mesquita disse que esta Casa poderia convocar uma audiência pública para saber como está sendo feito o processo de construção do Projeto do BRT- Metropolitano. Retomado seu pronunciamento o orador disse que é importante que esta Casa se reúna com o secretário responsável pela obra do BRT- Metropolitano para depois não sofrer as consequências de um projeto que não participou. No ensejo, o vereador **Andrey Babalu** informou que esteve reunido com o capitão Brasil discutindo o reflexo das novas modalidades de assaltos no distrito. Citou que em menos de um mês houve seis assaltos com bandidos fortemente armados neste bairro. Em aparte o vereador Louro Frango disse que foi alvo de assalto no distrito e citou que no mês de outubro houve registro de mais de vinte assaltos. Citou que no último sábado assaltaram a farmácia Droga Nossa e levaram o caixa eletrônico. Também houve um assalto na Asa Delta Materiais de Construção. Disse o governador é omissos em relação à segurança. Acha que a UIPP do Distrito tem de acabar porque não serve para nada. Retomando seu pronunciamento o vereador Andrey Babalu disse que esse órgão de policiamento tem um comando e atua com duas viaturas, três motos e oito policiais para cobrir os bairros do Distrito Industrial, Cento e Maguari, que juntos somam aproximadamente cento e cinquenta mil habitantes. Fazendo uso da palavra, o



Câmara Municipal de Ananindeua

Plenário João Paulo II

Ananindeua-Pará

vereador **Treinador Zé Nilo** fez um registro a pedido do senhor Macapá, companheiro de partido deste vereador, de que no próximo dia dois de novembro a comunidade Floresta Parque irá completar vinte dois anos de existência e solicita os seguintes presentes da Prefeitura: conclusão do saneamento básico, recuperação da ponte de madeira que liga o Floresta Parque ao Guajará um e vinte e um pontos de iluminação e limpeza da Rua Marupá. Falou sobre segurança pública dizendo que durante o seu mandato vem solicitando políticas públicas para este município como forma de diminuir a criminalidade. Usando a tribuna, o vereador **Neto Vicente** assomou-se aos seus antecessores em relação ao caos da BR-316. Disse que Ananindeua tem um parlamento comprometido com a população deste município. Como presidente da Comissão de Saúde informou que recebe diariamente telefonemas da comunidade, mensagens no whatsapp e facebook sobre a ausência dos médicos que prestam plantões nas UPAS. Informou que já fez um documento oficial solicitando providências ao secretário de saúde. Informou que o prefeito paga dois médicos a mais do que o programa por plantão. Disse que alguns médicos estão enganando o município de Ananindeua. Acha que seria importante registrar uma ocorrência contra o profissional que não cumpre plantão e responsabilizá-lo criminalmente. Registrou a sua indignação com o pátio da Semutran em relação às apreensões e multas indevidas de veículos e solicitou aos diretores de postos de saúde que tenham responsabilidade com a população de Ananindeua. Na sequência, o vereador **Bitoti** ressaltou que há seis meses uma equipe de vereadores foi visitar a comunidade Ebenezer e o líder do governo garantiu que iriam dar uma resposta do Executivo, mas até agora nada; os moradores vêm cobrando deste orador. O mesmo acontece com as comunidades “Deus Proverá” e o Jardim Florestal. Em aparte, o vereador Treinador Zé Nilo reforçou que esta comunidade vem sofrendo muito e precisa de apoio. Retomando seu pronunciamento o orador citou que no inverno passado um morador daquela localidade foi eletrocutado porque sua casa encheu, as casas passam seis meses embaixo d’água. Pede que sejam tomadas providências pelo Poder Público e pede aos edis o apoio. No Jardim Nova Vida, existia uma linha de ônibus que deixou de trafegar pelas péssimas condições das ruas. Em aparte, o vereador Breno Mesquita disse quem vem solicitando desde o início do ano uma linha de ônibus para o Maguariaçu e até agora não conseguiu. Precisam tomar providências. Retomando seu pronunciamento, o vereador Bitoti pede apoio dos pares. Usufruido à palavra, o vereador **Alexandre Gomes** disse que vai estender estas solicitações ao secretário e deixa seu apoio. Disse que a obra do BRT Metropolitano trará transtornos, mas será necessária integrando as áreas do município, o dinheiro que está aí é para o projeto já aprovado, que os vereadores não têm ingerência em alterá-lo e o que podem fazer é acompanhar e pedir celeridade para que sejam mínimos os transtornos, até porque quem ganha com ela são os moradores de Ananindeua que ganharão mobilidade. Disse que devem identificar os maus servidores e pontualmente ir cobrá-los e não generalizar os mesmos. Reportou-se à localidade Ebenezer que acredita que ainda esta semana será licitada a obra de drenagem do local. Finalizou, pedindo que os pares compareçam na audiência



Câmara Municipal de Ananindeua

Plenário João Paulo II
Ananindeua-Pará

pública sobre a CELPA. Por sua vez, o vereador **Robson Barbosa** ressaltou que está na pauta o parecer do anteprojeto sobre o piso salarial dos Conselheiros Tutelares, proposto através de audiência pública, pede apoio aos edis para que o aprovem. Em aparte, o vereador Pastor Sadraque citou a grande colaboração que estes profissionais dão à sociedade e é lamentável a falta de conhecimento da população dos trabalhos que exercem, que muitas vezes são ameaçados de morte e seu salário está abaixo do que merecem. Retomando seu pronunciamento, o orador registrou que este anteprojeto está amparado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e lei federal 5285/16. Em aparte, o vereador Ronaldo Sefer parabenizou o autor do projeto e deu parecer favorável porque reconhece o serviço dos mesmos. No uso da palavra, o vereador **Elias Barreto** ressaltou que os conselheiros enfrentam questões delicadas, não tendo hora para atendimento, são verdadeiros guardiões das crianças e adolescentes e acha digno o salário pretendido e assegurado em lei. Registrou que quando estavam estudando o projeto do BRT Metropolitano foram feitas duas audiências públicas e foram convidados a população e os vereadores, lá foi feito um grande debate e os responsáveis pelo projeto Marilena Mácola e César Meira estavam presentes. Em aparte, o vereador Chico Barros esclareceu que não é contra a obra e só preocupa-se com o tempo que levará e se terá uma via alternativa para que cause menos transtornos, pois o de Belém já tem anos. Retomando seu pronunciamento, o orador disse que esteve com o engenheiro César Meira que informou que o processo de licitação será no mês de novembro. O orador disse ser tranquilo porque é diferente de Belém, uma vez que já existe o recurso total alocado não tem porque ter atraso, a empresa que ganha a licitação terá um tempo para concluí-la. Acredita que outros fatores devem ser discutidos como, por exemplo, o terminal de integração na área da SAGRI (na entrada do Júlia Sefer) que será um projeto grande, mas a integração o preocupa porque as linhas de empresas metropolitanas estão aptas a participar, mas não tem acesso em todos os lugares, pois quem faz isso são as linhas das cooperativas e estas não estão aptas para levar os passageiros aos terminais, teriam que virar empresas. Discursou sobre o tema. Conclui que o município precisa discutir com o responsável do governo do estado, a ação metrópole, estas questões. Passando para a Primeira Parte da Ordem do Dia, o senhor presidente solicitou ao primeiro secretário que fizesse a leitura da Matéria em Pauta composta da Ata da Sessão Ordinária do dia 11.10.17 que foi aprovada por unanimidade de votos; Projeto de Lei nº 010/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 012/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 036/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de



Câmara Municipal de Ananindeua

Plenário João Paulo II
Ananindeua-Pará

votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 038/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 040/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 042/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 044/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 046/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 048/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 050/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 056/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 059/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 061/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 063/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 065/2017 – Autoriza a Prefeitura Municipal de Ananindeua, a alienar gratuitamente bem imóvel do município de Ananindeua e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 030/2017 - Dispõe sobre a implantação da disciplina de Educação no Trânsito na Grade Curricular das Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio, de origem do Poder Legislativo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 037/2017 – Institui no âmbito do município de Ananindeua



Câmara Municipal de Ananindeua

Plenário João Paulo II

Ananindeua-Pará

o “DIA DO MÚSICO”, a ser comemorado anualmente no dia 22 de novembro, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos em segunda votação; Projeto de Lei nº 046/2017 – Dispõe sobre instituir e incluir no calendário oficial do município de Ananindeua o Dia Municipal do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Orçamento, Comissão de Saúde, Proteção Social e Trabalho e Comissão de Redação Final; Projeto de Lei nº 047/2017 – Institui o mês outubro Rosa, dedicado à campanhas de prevenção ao câncer de mama e câncer de colo de útero nas escolas, unidades de saúde e CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Orçamento, Comissão de Saúde, Proteção Social e Trabalho e Comissão de Redação Final; Parecer nº 080/2017 Comissão de Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos - Assunto: Anteprojeto nº 001/2017 – Autoriza o Poder Executivo Municipal realizar a isenção da Contribuição de Iluminação Pública – CIP de templos religiosos de qualquer culto e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, e dá outras providências, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo a título de sugestão; Parecer nº 081/2017 Comissão de Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos - Assunto: Anteprojeto de Lei nº 002/2017 “Institui o piso salarial profissional Municipal para os Conselheiros Tutelares do Município de Ananindeua, Estado do Pará”, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo a título de sugestão; Parecer nº 082/2017 Comissão de Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos - Assunto: Anteprojeto de Lei nº 003/2017 – “Autoriza o Poder Executivo a proceder a Equiparação de Salário do Secretário da Junta de Serviço Militar e dá outras providências”, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo a título de sugestão; Parecer nº 083/2017 Comissão de Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos - Assunto: Projeto de Lei nº 014/2017 – “Institui o Programa Meu Amigo Animal e Fixa outras providências”, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo a título de sugestão; Parecer nº 084/2017 Comissão de Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos - Assunto: Projeto de Lei nº 015/2017 – “Cria o Fundo Municipal de Cultura – FMC e dá outras providências”, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo a título de sugestão; Parecer nº 085/2017 Comissão de Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos - Assunto: Projeto de Lei nº 016/2017 – “Dispõe sobre implantação de Projeto Educacional Jovem Trabalhador e dá outras providências”, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo a título de sugestão; Parecer nº 086/2017 Comissão de Justiça, que foi aprovado por unanimidade de votos - Assunto: Projeto de Lei nº 033/2017 “Cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e dá outras providências”, de origem do Poder Legislativo, que foi encaminhado ao Poder Executivo a título de sugestão; Requerimentos nºs 1695, 1697, 1698, 1701, 1702, 1703, 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1719, 1720,



Câmara Municipal de Ananindeua

Plenário João Paulo II

Ananindeua-Pará

1721, 1722, 1723, 1724, 1725, 1726, 1728, 1731 e 1735/2017 que foram aprovados por unanimidade de votos; Requerimento nº 1730/2017 que foi retirado de pauta para averiguação; Requerimentos nºs 1710, 1711, 1712, 1713, 1714, 1715, 1716, 1717, 1718, 1732, 1733 e 1734/2017 que ficaram para a próxima sessão, pois os autores não estavam presentes. Passando para os Pronunciamentos Finais, o senhor presidente concedeu a palavra ao vereador **Alexandre Gomes**, que da tribuna reportou-se à valorização dos conselheiros tutelares, que é pertinente o aumento e acredita que o prefeito terá a sensibilidade nessa questão. Parabenizou ao Executivo pelas obras realizadas pelo município, citou a comunidade do Cristo Redentor, uma área que foi invadida há pouco tempo e os moradores pedem melhoria e o edil disse que o Executivo fará na medida do possível. Assomando-se a tribuna, o vereador **Robson Barbosa** citou a lei federal de dois mil e dezesseis que estipula o piso de quatro salários mínimos aos conselheiros tutelares e que cada município deve incluir no seu orçamento garantindo isso. Alguns municípios do estado já pagam até mais do que o piso e Ananindeua não pode ficar de fora, visto que existem grandes problemas sociais aqui no município. Disse que muitas pessoas não têm o entendimento da função de um conselheiro, que enfrentam grandes dificuldades no seu trabalho. Estes precisam ter garantias salariais dignas e condições físicas na estrutura dos conselhos. No ensejo, o vereador **Doutor Daniel** direcionou-se aos conselheiros presentes que os edis se empenharão para inserir este aumento na Lei Orçamentária Anual – LOA para o ano que vem. Uma comissão de vereadores irá até a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF a fim de fazerem uma emenda em conjunto para contemplar os mesmos. Fazendo uso da palavra, o vereador **Bitoti** reportou-se ao Jardim Nova Vida que passava ônibus, mas como a rua ficou intratável eles suspenderem, e a ponte de ligação de Quarenta Horas com Icuí nunca foi concluída. Pediu apoio dos edis para a titularização definitiva de terras para os moradores do Jardim Florestal e Nova Vida. Na oportunidade, o vereador **Neto Vicente** citou os empreendimentos do "Minha Casa, minha Vida" entregues no município, que no dia do recebimento todos ficam satisfeitos, mas o governo federal não manda recursos para os municípios a fim de dar suporte aos conjuntos, ficando todos os problemas para o município. Disse que o local que tem mais invasão escolar neste município é em Águas Brancas, local que recebeu quatro empreendimentos e continua com a mesma frota de ônibus, não foram feitas Unidades de Saúde, escolas e investimento na segurança pública. Deixa seu repúdio a esta atitude do governo federal que vem cortando verbas para os municípios que muitos estão quase falidos. Ressaltou a importância da limpeza de todos os bueiros do município para evitar alagamentos nas residências. Informou que esteve em Brasília, no Ministério da Educação, onde pegou informações sobre o passe livre estudantil e um dos critérios é para quem mora a mais de quilômetro da escola onde estuda. Vai procurar a secretária para pedir que os técnicos façam o projeto para que possam obter o recurso federal que cobrirá noventa por cento para o passe livre. Finalizou, pedindo ao Executivo que dê mais suporte físico nas escolas, melhorando o trabalho dos professores municipais. Na sequência, o vereador **Elias**



Câmara Municipal de Ananindeua

Plenário João Paulo II

Ananindeua-Pará

Barreto reportou-se ao pedido da linha de ônibus feita pelo vereador Breno Mesquita e que os empreendimentos da "Minha Casa, minha Vida" trouxe centenas de novos moradores para Ananindeua e diversos serviços públicos devem ser redimensionados para a demanda e acha o transporte público um dos mais necessários. Reclama do monopólio da SEMOB em arbitrar o valor das passagens dos coletivos e não autorização de novas linhas – Ananindeua/Belém, só autoriza de lá para cá; afirma que Ananindeua não tem autonomia no transporte coletivo de massa, isto acontece porque não tem um organismo em nível metropolitano que discuta estas questões, por isso defende a criação do Parlamento Metropolitano. Disse que mesmo os dois prefeitos, Belém/Ananindeua, sejam do mesmo partido, não viu na prática as ações se concretizarem, principalmente nas áreas limítrofes não há diálogo entre as prefeituras. Finalizou, pedindo que invistam no Parlamento Metropolitano para resolverem estes problemas. Não havendo mais nada a ser tratado quando eram dezenove horas e dezessete minutos, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, na qual compareceram os vereadores: Doutor Daniel, Paulo Macedo (Louro frango), Elias Barreto, Robson Barbosa, Marlon, Bitoti, Neto Vicente, Pastor Arlindo Silva, Vanderray, Pastora Ray, Augusto Soares, Diego Alves, Helder Júnior, Érick Monteiro, Ronaldo Sefer, Andrey Babalu, Chico Barros, Breno Mesquita, Alexandre Gomes, Pastor Sadraque, Francly Pereira e Sérgio Rato. Do que para constar, eu, primeiro secretário, lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e aprovada será devidamente assinada pela Mesa Diretora deste Poder. Palácio Legislativo João Paulo II, Plenário Vereador João Nunes, em 25 de outubro de 2017.*

VEREADOR DOUTOR DANIEL

Presidente

VEREADOR ELIAS BARRETO

1º Secretário